



## Senado vai recorrer para manter urgência sobre veto dos royalties

Carlu Gomes/Agência Senado



Durante sessão no Plenário, Sarney (C) anuncia recurso contra a decisão do Supremo, ao lado de Cícero Lucena

Decisão liminar do STF impede votação antes da análise de outros 3 mil vetos, mas sessão do Congresso está mantida para examinar créditos suplementares

O presidente do Senado, José Sarney, determinou à Advocacia do Senado que entre com pedido de reconsideração para o Supremo Tribunal Federal cancelar a decisão proferida ontem pelo ministro Luiz Fux.

Representantes dos estados não produtores apoiaram a iniciativa de Sarney, enquanto parlamentares do

Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo comemoraram a liminar, argumentando que a aprovação de urgência havia desrespeitado a Constituição e o Regimento do Congresso.

Na liminar, o ministro do STF afirmou que não existe veto mais ou menos urgente e apontou a falta de uma comissão mista para elaborar o relatório. **3**

TV Senado fecha acordo de cooperação com Câmara de Maceió **6**

Senadores fazem homenagem à Rede Amazônica de Rádio e Televisão **6**

Em 2011 e 2012, Comissão de Direitos Humanos fez 152 audiências **7**

Para Viana, saldo de conferência da ONU sobre clima foi decepcionante **8**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores votam durante sessão deliberativa que registrou embate entre governo e oposição sobre benefícios fiscais

Plenário aprova isenções para organizadores das Olimpíadas 2016

Texto que vai à sanção da presidente Dilma, sob protestos da oposição, concede isenções para tributos a serem gerados entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017. Outra MP aprovada ontem, que trata da depreciação de veículos de carga, volta à Câmara. **3**

Relator propõe mínimo de R\$ 675 e R\$ 21 bi a mais em investimentos

O texto final do Orçamento da União de 2013, entregue ontem por Romero Jucá, pode ser aprovado hoje na Comissão Mista de Orçamento e amanhã no Plenário do Congresso. **2**



O relator-geral, senador Romero Jucá (D), dá entrevista ao lado do presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Pimenta

Márcio Kolumbe/Agência Senado

Eelson Rodrigues/Secom-MT



Congresso analisa mais de 40 projetos sobre profissões

Propostas que regulamentam o exercício de atividades profissionais estão entre as que mais recebem vetos do Executivo. A principal

justificativa é de que a Constituição só permite a imposição de restrições quando houver possibilidade de dano à sociedade. **4 e 5**

Salão em Mato Grosso: lei sobre cabeleireiros e esteticistas foi sancionada com veto às exigências de formação específica e ensino fundamental completo

especial  
**Cidadania**

Relatório final foi entregue ontem à comissão mista, que deve fazer hoje a análise do texto para envio ao Plenário e conclusão esta semana. Aumento do piso de gastos com saúde, porém, gera polêmica

# Orçamento pode ser votado amanhã pelo Congresso

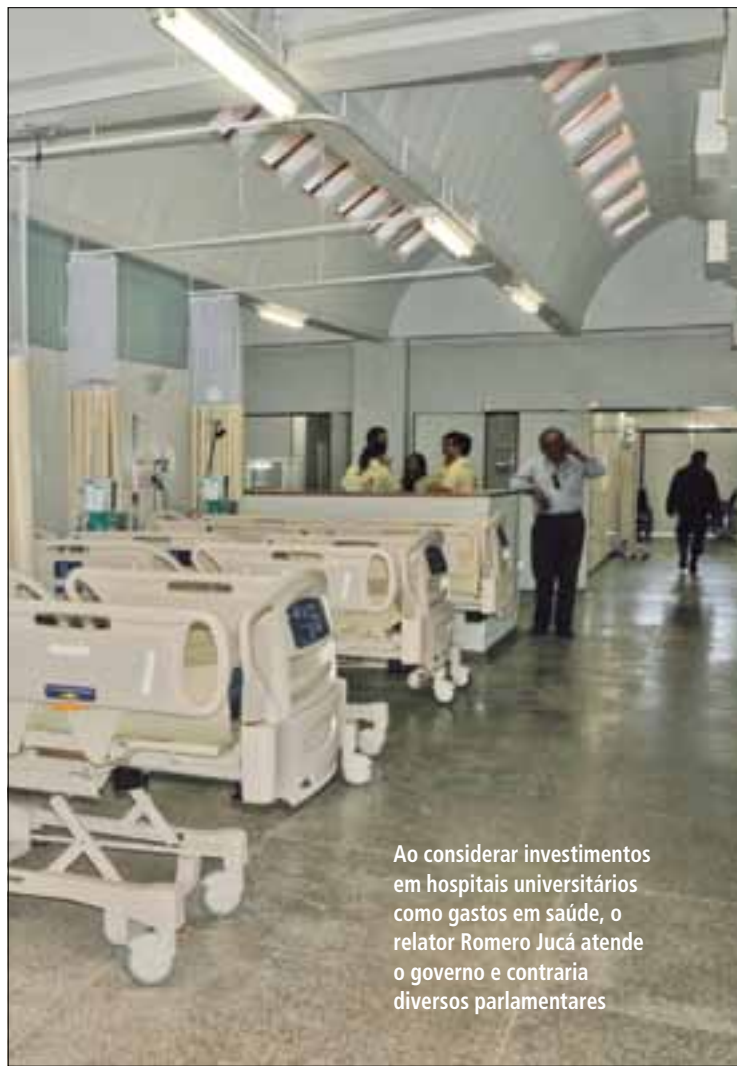
O RELATÓRIO FINAL do Orçamento de 2013, entregue ontem pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), poderá ser aprovado hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO), para ser votado amanhã no Plenário do Congresso. A proposta prevê aumento do salário mínimo para R\$ 674,96 e mexe em verbas para a saúde definidas no relatório setorial, o que está causando polêmica.

Se o cronograma planejado por Jucá for seguido, o Congresso encerra esta semana a tramitação da proposta orçamentária para 2013 (PLN 24/12). Mas as votações podem enfrentar uma polêmica envolvendo o piso constitucional de gastos para a saúde.

Com as alterações feitas por Jucá, o valor do Orçamento da União para 2013 passa para R\$ 2,276 trilhões — o total original proposto pelo governo era de R\$ 2,25 trilhões. Ele destacou que a maior parte desse aumento se concentrou nos investimentos, ampliados em cerca de R\$ 21 bilhões.

Um dos pontos mais controversos do relatório final se refere ao piso constitucional para gastos com saúde. Em seu parecer, Jucá reinsere no piso boa parte das despesas que haviam sido excluídas, na semana passada, pelo relator setorial dessa área, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Ao fazer isso, Flexa Ribeiro atendeu solicitação de diversos parlamentares — inclusive integrantes de duas comissões, uma do Senado e outra da Câmara. Eles contestavam vários gastos, no valor total de R\$ 2,2 bilhões, que o governo federal incluiu nesse piso. Argumentam que tais itens não estão descritos na Lei Complementar 141/12, que regulamenta a Emenda Constitucional 29/00. A lei



Ao considerar investimentos em hospitais universitários como gastos em saúde, o relator Romero Jucá atende o governo e contraria diversos parlamentares

exige que o governo mantenha um mínimo de gastos com a saúde. A rigor, Flexa Ribeiro não retirou essas despesas da área da saúde, mas impediu que fossem classificadas como itens do piso.

## De volta à saúde

Segundo Jucá, justifica-se a reinserção, no piso, dos investimentos em hospitais universitários. Segundo o relator, nessas verbas estão incluídas a ampliação de leitos, a recuperação das instalações e a compra de equipamentos. Outras verbas que voltaram para os investimentos em saúde são aquelas do Programa Academia da Saúde (a cargo do Ministério da Saúde), as de saneamento básico em pequenas localidades e as da

indústria de hemoderivados.

Com essa alteração, o piso constitucional atinge cerca de R\$ 90 bilhões. O relator-geral argumentou que seria vantajoso manter essas despesas no piso para evitar contingenciamentos e, ao mesmo tempo, elevar o teto de gastos com saúde para o próximo ano.

A Procuradoria-Geral da República já anunciou que agirá caso a proposta orçamentária não exclua esses itens do piso. Em ofício encaminhado ao Congresso, o subprocurador-geral da República Oswaldo José Barbosa Silva avisa que, caso isso não aconteça, “o assunto será certamente judicializado pelo Ministério Público Federal em defesa da Constituição federal e da Lei Complementar 141/12”.

## Proposta prevê salário mínimo de R\$ 674,96 no ano que vem

Para garantir o aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 622 para R\$ 674,96 em 2013, Romero Jucá apresentou uma emenda de R\$ 1,36 bilhão. Esses R\$ 52,96 representam um aumento de 8,5%.

Ele também destinou R\$ 3,9 bilhões para os estados exportadores, a fim de compensá-los pelas perdas resultantes da Lei Kandir (lei que isentou do ICMS uma série de mercadorias para exportação).

Jucá confirmou que o aumento para o Judiciário será igual ao que será concedido ao Executivo e ao Legislativo — de 5%. Ao responder por que não concederia um reajuste maior, conforme solicitado pelo Judiciário, disse que “não há espaço fiscal para isso”.

## Dinheiro de emendas não poderá ir para outras áreas

O relator-geral, Romero Jucá, informou que seu relatório final proíbe o governo de cortar emendas individuais e de bancada durante a execução orçamentária.

A novidade não está na proibição de corte nas emendas individuais (medida já adotada para o Orçamento de 2012), mas na extensão da proibição para as emendas de bancada.

— Estou fortalecendo as emendas — disse ele.

Jucá acrescentou que o remanejamento de despesas destinadas originalmente às emendas de bancada, para usá-las em outras atividades do governo, até poderá ser feito, mas só se houver a concordância da bancada. Ele disse que a decisão foi tomada depois de negociação com o Poder Executivo.

## Pela internet, cidadão participará de audiência pública

Uma audiência pública hoje inaugurará a nova fase do Portal e-Cidadania, canal para o cidadão comentar projetos de lei e participar, a distância, dos debates do Senado.

A reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos sobre o Estatuto da Juventude será transmitida às 9h, na página do e-Cidadania ([www12.senado.gov.br/ecidadania](http://www12.senado.gov.br/ecidadania)).

Ao lado do vídeo, há um campo para participação on-line. Os comentários serão postados no mural.

A página dá ao leitor ferramentas para discussão, como documentos e lista de participantes da mesa.

## Exposição mostra realizações de Sarney à frente do Senado

O Senado inaugura hoje a exposição *Modernidade no Senado Federal — presidências de José Sarney*, com os avanços alcançados nos quatro mandatos em que Sarney esteve à frente da Mesa Diretora (1995—1997, 2003—2005, 2009—2011 e 2011—2013).

Dividida em três eixos, a mostra terá foco na gestão da instituição: Comunicação para Todos, Modernidade no Processo Legislativo e Transparência na Administração. Há 76 painéis sobre as ações realizadas nos quatro biênios.

Na parte dedicada à comunicação, o destaque é a criação da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), em 1995.

Também estarão expostas a ata de criação do Senado e uma carta do presidente.

A exposição vai até 25 de janeiro, na Biblioteca do Senado.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Política Nacional de Irrigação

14h Na pauta da sessão deliberativa, entre outras matérias, substitutivo a projeto de lei que trata da Política Nacional de Irrigação.

### PRESIDÊNCIA Ordem do dia e sessão do Congresso

11h O senador José Sarney comparece à cerimônia de entrega do 26º Prêmio Jovem Cientista, no Palácio do Planalto. Às 15h, participa de reunião da Mesa. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 18h, participa de lançamento de livro. Às 19h, preside sessão do Congresso.

### CRA Conservação ambiental e perdão a dívidas

8h30 A Comissão de Agricultura vota projeto que autoriza subvenção econômica a agricultores que promovam conservação ambiental e proposta sobre perdão de dívidas em operações de crédito rural constituídas por instituições financeiras na área da Sudene.

### CAS/CDH Estatuto da Juventude em debate

9h Audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o Estatuto da Juventude. Entre os convidados, a secretária nacional de Juventude, Severine Macedo.

### CAE Plano Nacional de Educação

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina o projeto que aprova o Plano Nacional de Educação e a proposta que autoriza a abertura de capital da Embrapa.

### CPI DO CACHOEIRA Votação do relatório final

10h15 O relatório final dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito que investiga as relações criminosas de Carlinhos Cachoeira poderá ser votado hoje.

### CMA Incentivo a florestamento e transparência na Copa

11h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota projeto que cria incentivo fiscal para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar. Também analisa acordo entre Senado, Câmara e CGU para unificar a entrada de dados nos portais de transparência da Copa de 2014.

### CCAI Audiência com Roberto Gurgel

11h A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência ouve esclarecimentos do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, sobre a confluência das atividades de inteligência com o papel do Ministério Público e da Polícia Federal.

### CMO Proposta orçamentária para 2013

14h30/18h/20h Reunião da Comissão de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, em que poderá ser votado o relatório final da proposta orçamentária para 2013.

### EXPOSIÇÃO Modernidade no Senado

18h Abertura da exposição e lançamento do livro *Modernidade no Senado Federal — presidências de José Sarney*, na Biblioteca Luiz Viana Filho. Mostra vai até 25 de janeiro.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Cadu Gomes/Agência Senado



Lindbergh fala a favor do veto, observado por Souza, Anibal, Moka, Randolfe, Cássio e Malta, na sessão de ontem

## Senado recorre de liminar que impede análise de veto

Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, considerou que Congresso não pode apreciar o veto à Lei dos Royalties do petróleo antes de outros 3 mil que aguardam análise; sessão de hoje está mantida

O SENADO VAI recorrer da decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux que impede a votação hoje, pelo Congresso, do veto presidencial ao projeto dos royalties. A informação foi dada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, que também é presidente do Congresso. A sessão conjunta está mantida para as 19h, porém para votar projetos relacionados a créditos extraordinários. Pela decisão da semana passada do Plenário do Congresso, o veto parcial seria analisado hoje em regime de urgência, antes de outros 3 mil vetos.

Sarney determinou à Advocacia do Senado que entrasse com pedido de reconsideração e com agravo de instrumento,

para que a liminar seja cancelada e a questão seja apreciada pelo Plenário do Supremo.

A decisão de Fux se deu com base em mandado de segurança protocolado pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ). O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) apresentaram pedido semelhante.

Lindbergh e Magno Malta (PR-ES) comemoraram a decisão de Fux. Argumentaram que a sessão que aprovou a urgência desrespeitou a Constituição e o Regimento Comum do Congresso. Malta disse que o STF tem o dever de zelar pelo respeito à Constituição e que a decisão garante os contratos já firmados. Eduardo Lopes (PRB-RJ) enumerou erros regimen-

tais que teriam sido cometidos na votação, e Ana Rita (PT-ES) também disse que contratos já firmados não podem ser atingidos. Eduardo Suplicy (PT-SP) leu carta do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com argumentos contrários à derubada do veto presidencial.

A iniciativa de recorrer da liminar foi apoiada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Waldemir Moka (PMDB-MS), Anibal Diniz (PT-AC), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Em sua decisão, Fux afirma que não há veto mais ou menos urgente. Ele cita a leitura do veto sem que ele constasse na pauta e ressalta a falta de uma comissão mista para elaborar o relatório.

### Distribuição atual é desproporcional demais, argumenta Moka

Waldemir Baretto/Agência Senado



Waldemir Moka (PMDB-MS) defendeu a derrubada do veto, dizendo que é desproporcional demais que o Rio de Janeiro, um dos estados produtores, receba R\$ 6,6 bilhões por ano dos royalties enquanto Mato Grosso do Sul, não produtor, recebe pouco mais de R\$ 7 milhões.

Ele ressaltou que os vetos presidenciais devem ser sempre examinados, embora essa seja uma prática pouco comum no Congresso.

### Casildo pede empenho para definição de questões federativas



Os royalties são uma das questões do pacto federativo que devem ser definidas o mais rápido possível, segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele citou também o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a renegociação das dívidas estaduais e municipais. Segundo o

senador, aperfeiçoamentos do pacto federativo são importantes para uma distribuição mais igualitária das oportunidades de crescimento.

## Anibal destaca Prêmio Chico Mendes

Waldemir Baretto/Agência Senado



Anibal Diniz (PT-AC) relatou ontem sua participação na entrega do Prêmio Chico Mendes de Florestania. Conferido anualmente pelo governo do

Acre, o prêmio estimula a preservação ambiental. A cerimônia, realizada sábado na sede do governo estadual, em Rio Branco, faz parte das comemorações da Semana Chico Mendes — do dia 15, data do nascimento do

líder seringueiro (1944), ao 22, dia em que o ativista foi assassinado, em 1988.

— Se Chico estivesse vivo, completaria 68 anos — lembrou o senador.

Este ano, foram premiados o professor norte-americano Irving Foster Brown, da Universidade Federal do Acre, a Cooperativa de Trabalho do Acre e a Associação dos Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes.

— A preservação ambiental ganha cada vez mais reconhecimento no Brasil e no mundo — disse Anibal.

## Aprovadas isenções para realizadores das Olimpíadas

O Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão (PLV) que concede isenção de tributos federais ao Comitê Olímpico Internacional (COI), ao Comitê Organizador das Olimpíadas Rio 2016, às empresas vinculadas a eles e demais entidades relacionadas à realização dos Jogos Olímpicos e aos Jogos Paraolímpicos de 2016. A matéria será encaminhada à sanção presidencial.

De acordo com a proposta — PLV 26/12, oriundo da Medida Provisória (MP) 584/12 —, os benefícios fiscais valerão para os fatos geradores de tributos ocorridos entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

Quanto aos recolhimentos tributários referentes a 2012, a Receita Federal poderá realizar procedimento administrativo para devolvê-los.

O COI e o Rio 2016 deverão indicar as pessoas físicas e jurídicas a serem beneficiadas.

O projeto foi criticado pela oposição, para quem a proposta contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não prever o impacto da renúncia fiscal nem os mecanismos que compensem a queda no recolhimento de impostos por estados e municípios. Alega ainda que o projeto prevê emissão retroativa de crédito tributário e amplia a isenção de impostos.

Por sua vez, a relatora do projeto, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), lembrou que o governo assumiu compromissos com as entidades esportivas e deverá prestar contas sobre a medida. Ela disse ainda que a isenção não pode ser mensurada nos dias atuais, já que se refere a receitas futuras.



Moreira Maniz/Agência Senado

Projeto sobre Jogos Olímpicos aprovado em Plenário segue para sanção

## Medida sobre depreciação de veículos volta à Câmara

Foi aprovada no Plenário a medida que regulamenta a depreciação acelerada dos veículos usados para transporte de mercadorias, vagões e locomotivas novos. O texto aprovado foi o original da MP 578/12, com a retirada dos 15 artigos acrescentados pelos deputados e que convertiam a medida no PLV 27/12. Com isso, a matéria volta à Câmara.

Até fechar o acordo, a oposição ameaçava impedir a votação da MP. Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou os “penduricalhos” acrescentados na

Câmara à medida.

— Não podemos legislar desta forma, ou estaremos possibilitando que aqueles que possuem maior poder de pressão sobre o Parlamento obtenham benefícios — disse.

Eduardo Braga (PMDB-AM), Gim (PTB-DF) e José Agripino (DEM-RN) apoiaram a retirada das emendas, mas pediram o estudo e a elaboração de uma proposta sobre a reabertura do parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que estava prevista em uma delas.

## Lídice homenageia monge e jurista

O monge beneditino dom Gregório Paixão, que acaba de assumir a Diocese de Petrópolis (RJ), recebeu homenagem de Lídice da Mata (PSB-BA), que ressaltou as atividades do religioso para a cultura da cidade de Salvador.

Lídice lembrou que, entre outras coisas, dom Gregório contribuiu para a reativação do coral do Mosteiro de São Bento da Bahia.

— Ele foi responsável também pela recuperação da biblioteca do mosteiro, tombada pela Unesco como uma das mais importantes do mundo — disse.

A senadora lembrou ainda os 70 anos da morte do jurista baiano José Joaquim Seabra (1855—1942), que governou a Bahia por dois mandatos.

— Foi ministro da Justiça e Negócios Interiores entre 1902 e 1906. Interinamente ocupou o Ministério das Relações Exteriores e foi também Ministro de Viação e Obras Públicas entre 1910 e 1912 — disse Lídice.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Tramitam no Congresso mais de 40 propostas sobre o exercício de atividades profissionais, assunto controverso e que costuma receber, do Executivo, vetos integrais ou, quando parciais, que excluem exigências como formação específica, diploma ou registro em órgão de classe

# Dezenas de projetos regulamentam profissões

Juliana Steck

**P**ropostas que regulamentam profissões estão entre as que mais recebem vetos, integrais ou parciais, do Poder Executivo. A principal razão alegada pelo governo é que a Constituição assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, só cabendo a imposição de restrições quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade.

No Congresso, um dos defensores de que só possam ser regulamentadas as atividades que demandem conhecimentos técnicos e teóricos específicos é o deputado Rubens Bueno (PPS-PR). Com esse objetivo, ele apresentou o PL 816/11 (número na Câmara). O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), na votação de propostas, afirmou que, em certos casos, a regulamentação de profissões é movida pelo corporativismo e leva “à divisão da vida social em compartimentos estanques”. Já o senador Paulo Paim (PT-RS) considera importante dar “um status na legislação para a profissão” — consagrando deveres e direitos, como carga horária máxima e piso salarial — e elevar a formalização no mercado de trabalho, reforçando a arrecadação da Previdência.

Conheça, nesta edição, alguns dos projetos sobre o tema — há diversos outros em tramitação.



Escortada por policiais, equipe de arbitragem entra em campo para atuar na final do campeonato catarinense de 2012: regulamentação da atividade, aprovada pela Câmara e rejeitada pela CCJ do Senado, encontra-se na pauta da CAS

## Árbitro de futebol

O projeto que regulamenta a profissão de árbitro de futebol (PLS 294/01, proposto pela CPI que em 2000 investigou as associações de futebol) tramita no Senado na forma de substitutivo da Câmara. A CCJ rejeitou o texto na última quarta-feira, quando Pedro Taques (PDT-MT) se opôs à tipificação da arbitragem fraudulenta (a interferência dolosa no resultado natural da partida) como crime, conforme previsto no projeto. A proposta será agora votada pela CAS.

## Técnico em radiologia

A CAS aprovou alterações na regulamentação do exercício da profissão de técnico em radiologia. O projeto (PLS 26/08) é de Paulo Paim, e o texto aprovado é o substitutivo de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Pelo texto, podem trabalhar em áreas como radiologia e medicina nuclear aqueles que tiverem diploma de bacharel em Ciências Radiológicas, diploma de tecnólogo em Radiologia e certificado de técnico (nível médio) em Radiologia.

## Técnico em sistema de segurança

A CAS aprovou e enviou à Câmara em 2011 projeto que regulamenta as atividades de chavesiros e profissionais que instalam sistemas de segurança. Segundo o projeto (PLS 660/07), de Alvaro Dias (PSDB-PR), são requisitos para a profissão: ter ao menos 18 anos, ser habilitado por curso profissional específico e comprovar idoneidade, com apresentação de certidões atestando que não responde a inquérito policial ou a processo criminal.

## Transcritor e revisor de textos em braille

O PLS 67/11, de Paulo Paim, regulamenta o exercício das profissões de transcritor e revisor de textos em braille, estabelece requisitos para o exercício das profissões e torna obrigatória a participação do transcritor e do revisor na produção de textos no alfabeto dos cegos. Em fevereiro, a proposta foi tirada de pauta na CAS para reexame do relatório de Lindbergh Farias (PT-RJ), favorável. O texto terá decisão terminativa na comissão.

## Propostas sobre médicos e jornalistas estão entre as mais polêmicas em tramitação

O projeto do Ato Médico, que estabelece quais atividades cabem exclusivamente aos médicos, foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado no dia 12. A proposta, um substitutivo da Câmara ao PLS 268/02, agora será votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Em seguida, irá para o Plenário. Enfermeiros, psicólogos e demais profissionais da saúde temem ter as atividades cerceadas.

O presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT), prometeu colocar o projeto em votação amanhã. A proposta já foi tema de uma reportagem especial do **Jornal do Senado**:

<http://bit.ly/AtoMedico>.

Outra proposta que provoca debates é a PEC dos Jornalistas (PEC 33/09), de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para voltar a tornar obrigatório o diploma de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, para o exercício da profissão. O tema é tratado em proposta de emenda à Constituição porque, em 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a exigência do diploma, imposta no regime militar, atentava contra a liberdade de expressão e a considerou inconstitucional. Aprovada em agosto no Senado, a proposta tramita na Câmara como PEC 206/12.

## Turismólogo

Após um projeto sobre a atividade de turismólogo ter sido vetado em 2005, o PLS 290/01, do então senador e atual deputado Moreira Mendes (PSD-RO), voltou a tratar do tema, exigindo graduação em Turismo ou Hotelaria ou o exercício da atividade há mais de cinco anos. Em janeiro, a presidente Dilma sancionou a Lei 12.591/12, mas vetou a exigência de curso superior.

## Taxista

A regulamentação da profissão de taxista (Lei 12.468/11) foi sancionada com a manutenção das exigências de certificação específica e participação em vários cursos. Outro projeto foi aprovado neste mês e aguarda sanção: o PLS 253/09, estabelecendo que auxiliares de taxistas autônomos terão direito à contribuição para a Previdência sem gerar vínculo empregatício, e que a autorização poderá passar de pai para filho.

## Disc-jóquei ou DJ

O PLS 740/07, que regulamenta as atividades de profissional de cabine de som e de produtor (DJ), foi vetado por Lula em 2010. Em dezembro de 2011, a CAS tornou a aprovar projeto sobre a atividade, o PLS 322/10, do ex-senador Sérgio Zambiasi. A proposta inclui os DJs na lei que trata da regulamentação das profissões de artista e de técnico em espetáculo de diversões (Lei 6.533/78). A proposta exige registro profissional no Ministério do Trabalho e certificado de curso profissionalizante. O projeto está na Câmara (como PL 3.265/12).



Projeto sobre DJs está na Câmara

## Historiador

O PLS 368/09, de Paulo Paim (PT-RS), estabelece que o exercício da profissão de historiador é privativo dos diplomados em cursos de graduação, mestrado ou doutorado em História. Foi aprovado no Senado em novembro, com emenda de Alvaro Dias (PSDB-PR), e agora tramita na Câmara (como PL 4.699/12), onde projeto com o mesmo objetivo — o PL 7.321/06, do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) — aguarda a decisão conclusiva da CCJ da Casa.

## Garçons

O PLS 652/11 — Complementar, de Gim (PTB-DF), dá aposentadoria especial, com redução de cinco anos no tempo de trabalho (após 25 anos de contribuição), a garçom, maître, cozinheiro, confeitador e outros profissionais de bar e restaurante. Gim diz que eles são submetidos a condições prejudiciais à saúde — ficam de pé muitas horas e expostos a forte variação de temperatura (em câmaras frigoríficas e fornos). Aprovado no Senado, o texto está na Câmara como PLP 201/12.

## Comerciário

Para regulamentar a profissão de comerciário, Paulo Paim (PT-RS) apresentou o PLS 115/07. A CAS aprovou o substitutivo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), após entendimento com o autor e representantes patronais e dos trabalhadores. A categoria terá jornada de 8 horas diárias e 44 semanais, sendo admitidas 6 horas para o trabalho feito em turnos. Está na Câmara como PL 3.592/12.

## Geofísico

O PLC 117/06, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), regulamenta a profissão de geofísico e foi aprovado em março pela CAS. Pelo texto, estão autorizados a exercer a profissão os graduados em Engenharia Geológica ou Engenharia Geofísica. Os geofísicos alegam que o Conselho Federal de Engenharia tem se recusado a aceitar as anotações de responsabilidade técnica (ARTs) encaminhadas por eles. O projeto está na CCJ. Depois, vai para o Plenário.

## Vaqueiro

Projeto dos ex-deputados Edigar Mão Branca e Edson Duarte está na CAS. O PLC 83/11 define como vaqueiro o profissional qualificado para tratar, manejar e conduzir animais das espécies bovina, bubalina, equina, muar, caprina e ovinos. A contratação é responsabilidade do administrador do estabelecimento agropecuário de exploração de animais de grande e médio porte, de pecuária de leite, de corte e de criação. É obrigatório seguro em favor do vaqueiro nos contratos.

## Motorista

O PLS 271/08, que regulamenta a profissão, foi transformado na Lei 12.619/12, com vetos da presidente Dilma. O veto mais criticado foi à instalação de pontos de parada para descanso nas rodovias privatizadas. O governo alegou o risco de aumento nas tarifas de pedágios. A lei deve ser aperfeiçoada agora por contribuições ao projeto do Estatuto do Motorista (PLS 271/08), de autoria de Paulo Paim.

## Cabeleireiro e esteticista

Em janeiro, a Lei 12.592/12, que regulamenta atividades como as de cabeleireiro e esteticista, foi aprovada com vetos a algumas das exigências previstas no texto original (PLC 112/07), como formação específica e nível fundamental completo. Ana Amélia (PP-RS), relatora na CAS, explicou que alguns serviços de salão de beleza “podem acarretar risco à segurança, à integridade física, à saúde e ao bem-estar das pessoas”.

## Sommelier

O PLC 17/11, do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi sancionado pela presidente, mas o artigo que exigia curso na área ou exercício da atividade há mais de três anos na data da publicação da lei para o exercício da atividade de sommelier foi vetado. A Lei 12.467/11 prevê, entre as atividades desse profissional, o planejamento, a organização e a execução do serviço de vinhos e ministrar cursos.

## Catador e reciclador de papel

O projeto que regulamentava as atividades de catador e reciclador de lixo (PLS 618/07), de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado no Congresso, mas vetado pela presidente. Dilma alegou que as exigências, como registro no Ministério do Trabalho, “poderiam representar obstáculos imediatos à inclusão social e econômica dos profissionais”. Paim considera que a proposta daria mais proteção aos trabalhadores.

## Despachante

O PLC 28/10, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), determinava que o exercício da profissão de despachante seria privativo das pessoas habilitadas pelo conselho regional. O Congresso aprovou o projeto, que daria ao Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas e aos conselhos regionais personalidade jurídica de direito público. A proposta, no entanto, foi vetada em março.



Poderá ser exigido nível médio para revisor de textos em braille

## Cuidador de pessoa idosa

O PLS 284/11, de Waldemir Moka (PMDB-MS), sobre o profissional que desempenha funções de acompanhamento de idoso, foi aprovado no Senado em outubro, na forma do substitutivo da relatora, a senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP). O texto determina que a atividade será exercida por pessoas com mais de 18 anos que tenham concluído o ensino fundamental e curso de qualificação específico. O profissional pode atuar tanto no domicílio do idoso como em instituições de longa permanência. O texto está na Câmara dos Deputados (como PL 4.702/12).

### Saiba mais

**Para receber informações sobre projetos de lei**  
No site <http://www.senado.leg.br/atividade>, selecione o tipo da proposição, digite o número e o ano do projeto. Clique em “Pesquisar”. Quando aparecer a identificação da matéria, clique em “Selecionar para acompanhamento”. Quando abrir a janela, clique em “Desejo me cadastrar” e digite seu e-mail.

**Veja as edições anteriores do Especial Cidadania e a íntegra desta matéria em [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)**

# TV Senado faz acordo com Câmara de Maceió

Foi firmado ontem o décimo acordo do projeto da expansão da TV e da Rádio, sendo o primeiro com uma câmara municipal; os demais são com assembleias legislativas e o TJ-PR

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, assinou ontem protocolo de intenções para estabelecer cooperação técnica com a Câmara Municipal de Maceió. O documento prevê a implantação conjunta das transmissões da TV Câmara Municipal, da TV Senado, da TV Câmara dos Deputados e da Rádio Senado.

O acordo também foi firmado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), pela diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e pelo presidente da Câmara de Vereadores de Maceió, Galba Novaes.

Esse é o décimo acordo do Senado no projeto da expansão da TV e da Rádio, sendo o primeiro com uma câmara de vereadores. As demais entidades parceiras da Casa são oito assembleias legislativas e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

— É um momento importante não apenas para a Câmara, mas para a sociedade brasileira e, em especial, para a sociedade de Maceió —



Renan (E) e Sarney se cumprimentam na assinatura do protocolo de intenções entre o Senado e a Câmara de Maceió

disse Galba Novaes.

Os vereadores de Maceió aprovaram uma comenda em honra a José Sarney e ao diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita, para marcar a assinatura do acordo. A data da cerimônia de entrega ainda será marcada.

Representando o senador Fernando Collor (PTB-AL), de quem é suplente, o ex-senador Euclides Mello disse que o acordo representa um “momento ímpar” na história da Câmara de Maceió.

Para Renan Calheiros, o acordo significa a possibilidade de acompanhamento do trabalho do Senado e a

democratização do acesso ao Legislativo.

Mesquita informou que o início da transmissão em Maceió deve ocorrer até março de 2013. O diretor da Secs ainda defendeu a importância dos veículos de comunicação do Congresso:

— Quanto mais divulgarmos os trabalhos do Legislativo,

mais apoio estaremos dando à democracia.

## Legado

Sarney disse que o projeto de comunicação do Senado faz parte de uma concepção política, para que o Legislativo tivesse seus próprios veículos de comunicação.

Para o presidente do Senado, com o acordo, ganha o cidadão de Maceió, que vai poder acompanhar os trabalhos da Câmara Municipal, da Câmara dos Deputados e do Senado.

Sarney ainda anunciou a aquisição de novos equipamentos para a TV Senado e disse que encara a expansão da área de comunicação da Casa como um legado de seu mandato como presidente:

— É uma forma de transparência e de prestação de conta aos eleitores.

A cerimônia foi acompanhada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), pelos deputados distritais Agaciel Maia e Wasny de Roure e por vereadores de Maceió.

## Plenário festeja os 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e TV

Os 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão foram lembrados ontem em sessão especial do Senado. Parlamentares da região destacaram o “pioneirismo e a coragem” dos fundadores do grupo em enfrentar obstáculos e incertezas para implantar uma rede de comunicação reconhecida como fundamental para romper o isolamento da Amazônia, promovendo a integração de seu povo com o país e o mundo.

— Nós costumamos celebrar essas datas redondas fazendo uma análise do que elas representam durante a sua passagem. Nesses 40 anos, o que temos a dizer da Rede Amazônica de Rádio e Televisão é do grande e inextinguível trabalho que ela prestou àquele região — disse o presidente do Senado, José Sarney.

A solenidade foi acompanhada pelo presidente do

grupo, Philippe Daou, e pelo diretor da sucursal em Brasília, Raimundo Moreira.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que sugeriu a homenagem, destacou que o grupo sempre demonstrou compromisso com a defesa da soberania e do desenvolvimento da região. Entre outras ações, ela citou o apoio à Zona Franca de Manaus e o engajamento pela construção do Gasoduto Coari-Manaus, considerado essencial por possibilitar novos investimentos no Amazonas.

— Tem sido visível a luta cotidiana da Rede Amazônia em prol do desenvolvimento da região, sempre calçada na sustentabilidade — disse.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou o lançamento do Amazon Sat, em 1988, canal de satélite que permitiu a integração das emissoras do grupo.

Já o senador Jorge Viana (PT-AC) rememorou o pioneirismo da TV Acre, no começo dos anos 1970, quando a maioria das pessoas nem sequer tinha televisão no estado. Destacou o esforço para que as fitas com a programação chegassem à capital, Rio Branco, por avião.

Na avaliação de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), somente a audácia explica a iniciativa

dos fundadores em implantar uma rede de comunicação numa região tão vasta e isolada como era a Amazônia.

Para o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), os fundadores da rede de comunicação realizaram um empreendimento proporcional ao tamanho da região. Graças à rede, ressaltou, as novas gerações de brasileiros de distantes locais

da Amazônia estão recebendo informações que se caracterizam por “uma brasilidade e um brasileiro” não alcançados pelos mais antigos.

A rede começou em 1972, a partir da inauguração de sua emissora de Manaus. Desde 1983, é afiliada da Rede Globo. Atualmente, atende 130 dos 450 municípios dos sete estados da Região Norte.



“Tem sido visível a luta da Rede Amazônica em prol do desenvolvimento da região”, diz a senadora Vanessa Grazziotin

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Em dois anos, Comissão de Direitos Humanos realizou 152 audiências

Balço do biênio 2011—2012 revela saldo positivo, com debates que resultaram em regras para profissões e outros benefícios sociais

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) fez ontem um balanço positivo de seus trabalhos no biênio 2011—2012. Regulamentação da profissão de motorista, já sancionada (Lei 12.619/12); proposta de emenda à Constituição sobre os direitos das empregadas domésticas, aprovada no Senado; e o projeto de lei dos autistas, que aguarda sanção presidencial, foram algumas conquistas citadas pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), durante audiência pública que durou cinco horas.

No período avaliado, a comissão realizou 152 audiências

públicas e analisou 530 proposições. Entre os temas que se destacaram nas discussões, estão acessibilidade e mobilidade urbana, transporte público, adoção, Código Penal, exploração sexual, fator previdenciário, idosos, terceirização de mão de obra, ponto eletrônico, povos ciganos, povos indígenas, autismo, entre outros assuntos.

Paim, que deixa a presidência da CDH no próximo ano, afirmou que aquele colegiado existe para todos e que os vários debates promovidos nesse período serviram para apontar caminhos.

— Muitas reuniões foram realizadas pela comissão sempre na linha de ajudar todos a encontrar o brilho do olhar. Milhares de pessoas viram aqui na comissão uma porta da esperança, uma chama que se acendia, uma luz que se iluminava para que as suas propostas pudessem circular dentro do Congresso e repercutissem na sociedade — disse Paim.

## “O resto é meio”

Cristovam Buarque (PDT-DF), que esteve presente na audiência, parabenizou Paim pelo trabalho feito na

comissão e valorizou o papel das discussões feitas pela CDH no Senado.

— Esta comissão é a comissão de todas as comissões. Tudo, tudo, tudo, se nós quisermos ter um propósito, passa por aqui. O resto é meio, incluindo a própria educação. A educação é um caminho fundamental, mas é um caminho. Direitos humanos são um propósito — afirmou Cristovam.

O balanço das atividades no biênio ainda não foi a última reunião do ano da CDH, que se reunirá mais duas vezes antes do recesso.

## Sarney acredita em solução para cassação de mandatos

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que divergências entre os Poderes da República não ajudam o país. Ele fez a declaração ao analisar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de cassar o mandato dos deputados federais condenados no julgamento do mensalão.

O STF decidiu que os deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT) perderão os mandatos. A decisão foi adotada por 5 votos a 4, em votação concluída ontem.

Sarney disse crer que ainda é possível um entendimento, já que o acórdão será publicado apenas em 2013.

— Espero que seja encontrada uma solução que evite qualquer desarmonia entre os Poderes — declarou.

## Representação

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a decisão do Supremo é correta e está acima do Legislativo, já que foi tomada em última instância. O senador disse que a declaração do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, de que a cassação de mandatos é prerrogativa exclusiva do Congresso “foi infeliz”.

Na avaliação de Alvaro, a decisão do STF precisa ser acatada, pois seria “inacreditável” ver um parlamentar preso representando o povo brasileiro.

— Espero que seja uma manifestação isolada [de Marco Maia] e não represente a vontade da instituição. É preciso respeitar a interdependência dos Poderes. Compete ao STF agir de forma independente, à luz da Constituição, e assim o fez.



Entre representantes de diversas categorias profissionais, Paulo Paim (C) fez um balanço das conquistas sociais impulsionadas pela Comissão de Direitos Humanos

## Novo relator afirma que buscará consenso para aprovar lei que criminaliza homofobia

Paulo Paim (PT-RS) informou que será o novo relator do PLC 122/06 na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O projeto inclui a homofobia entre os crimes punidos pela lei de racismo. O senador disse que vai buscar o consenso para levar o projeto à votação e aprovação na CDH.

A relatora era Marta Suplicy (PT-SP), que se licenciou do Senado em setembro, quando assumiu o Ministério da Cultura. Paim disse que desde então vem sendo pressionado por

grupos favoráveis e contrários à criminalização da homofobia para indicar um relator.

Para facilitar o entendimento, ele tomou para si a função.

— Se o PLC 122 fosse fácil, já teríamos votado há muito tempo. Só Marta Suplicy, que foi vice-presidente do Senado, ficou com ele dois anos. Não é falta de boa vontade da comissão. O projeto não foi colocado em votação por outros presidentes porque, da forma como estava, seria derrotado.

## Paim avalia sua atuação parlamentar em 2012 e agradece aos colaboradores

Em Plenário, Paulo Paim (PT-RS) fez ontem uma avaliação de sua atuação parlamentar durante o ano de 2012. O senador agradeceu à equipe do gabinete, às assessorias do Senado e aos colegas pela contribuição dada.

— Dei o máximo de mim, de corpo, de alma, de coração, com lágrimas e risos. Se cometi erros, foi na vontade de acertar. O fácil, fizemos ontem. O difícil realizamos hoje. O impossível, vamos lutar para que se torne realidade amanhã — disse.

Paim destacou suas emendas à proposta orçamentária de 2013, lembrando que sempre deu preferência a emendas nas áreas de saúde, educação, habitação e meio ambiente. Disse que suas emendas são distribuídas em rodízio entre os quase 500 municípios do Rio Grande do Sul (80 municípios a cada ano, em média).

Casildo Maldaner (PMDB-SC) parabenizou Paim pelo trabalho no Senado e à frente da presidência da Comissão de Direitos Humanos.

## Cristovam elogia análise de governador sobre o país



Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou ontem entrevista do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), ao jornal *Valor Econômico*, sobre a situação do país. O senador destacou a declaração do governador de que “a economia brasileira não reagiu” aos diversos ajustes feitos pelo governo federal

— entre eles, redução de impostos, desvalorização da taxa de câmbio e intervenção em alguns setores.

— Nós precisamos mudar de rumo — afirmou Cristovam, comentando trecho da entrevista em que Eduardo Campos diz que o país está no século 21, com uma pauta do século 20.

O senador concorda que é preciso superar a política de crescimento pelo consumo e ampliar investimentos em ciência, tecnologia e educação.

## Alvaro questiona índice de aprovação da presidente



Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou ontem as interpretações dadas à pesquisa CNI/Ibope, divulgada no fim de semana, em que a presidente Dilma Rousseff aparece com 72% de aprovação. Em pronunciamento, ele disse não haver lógica num desempenho tão bom da presidente enquanto

setores vitais, como educação, saúde e segurança, são mal avaliados por mais de 50% dos entrevistados.

— Metade dos entrevistados não é favorável à política de combate à inflação adotada pelo governo. O mesmo ocorre com a política de juros. Como justificar a avaliação positiva do governo, se temos tantos índices negativos? — argumentou.

O senador ressaltou que não questiona a lisura dos institutos de pesquisa, mas a interpretação dos dados.

## Para Vanessa, reforma tributária está próxima



Uma reforma tributária, com modificações significativas nas regras do ICMS, está a caminho, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Podemos fechar o ano com uma boa costura para o ano que vem, um acerto quase que preestabelecido no sentido de aprovar as mudanças necessárias.

Ela citou como avanços os dois debates sobre o tema promovidos pelo Senado em 2012 — um com os secretários estaduais de Fazenda e outro com o ministro Guido Mantega, que apresentou a proposta de alíquota única de 4% para o ICMS.

Para ela, além de dar fim à guerra fiscal entre os estados, a mudança na legislação tributária é importante porque inviabiliza a prática de incentivos fiscais dos estados para atrair indústrias e mais investimentos.

### Costa apresenta modelos para debate da reforma política

João Costa (PPL-TO) usou seu pronunciamento, ontem, para iniciar a apresentação de modelos político-partidários adotados no mundo, como subsídio à discussão da reforma política. O primeiro foi o mexicano, que permite coligações e adota o voto obrigatório, mas não prevê segundo turno.

Segundo o senador, o México usa o modelo de financiamento público e privado nas campanhas. No entanto, lembrou, há limite para os gastos.

— Os partidos podem também receber financiamento privado, desde que oriundo dos militantes, dos simpatizantes, de campanhas promocionais e de doações em comícios e vias públicas.



Sistema eleitoral do México foi o primeiro lembrado pelo senador

Senador disse que prorrogação de Kyoto até 2020 não resolve o problema das mudanças climáticas

UN Photo/Mark Gerten



Autoridades participam da COP-18, no Catar: conferência decidiu estender validade do Protocolo de Kyoto até 2020

## Para Viana, resultado da COP-18 foi decepcionante

EM DISCURSO, JORGE Viana (PT-AC) fez um relato da viagem a Doha, no Catar, onde participou da 18ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-18). Na avaliação dele, embora o resultado não tenha sido “o desastre que se anunciava”, os avanços foram decepcionantes.

Viana lamentou que as mudanças climáticas, mesmo agravando-se, estão sendo deixadas em segundo plano. Até a crise internacional é usada para justificar o desprezo em relação ao tema.

O senador disse que nem mesmo o fato de as organizações não governamentais e a comunidade científica mostrarem que, se o mundo seguir



Marcos Oliveira/Agência Senado

Viana afirma que governos não estão priorizando as mudanças climáticas

no atual padrão de produção e consumo, a temperatura se elevará “a níveis catastróficos” foi capaz de levar a avanços.

Na conferência em Doha, obteve-se a prorrogação do Protocolo de Kyoto até 2020, com novo encontro a ser realizado em 2015, para elaborar o

substituto. O tratado, firmado nos anos 90, traz compromissos rígidos para a redução da emissão de gases do efeito estufa e se encerraria no final deste ano.

Segundo Viana, a prorrogação foi apenas uma maneira de não debater o problema, já que o tratado enfraqueceu, com apenas 36 signatários em vez dos mais de 170 de antes.

— Os países desenvolvidos estão se negando a cumprir metas de redução das emissões. E o pior é que levam no faz de conta o compromisso de financiar em US\$ 100 bilhões anualmente a redução das emissões nos países em desenvolvimento — afirmou.

Para ele, o tema precisa voltar à pauta já no início de 2013.

### Raupp quer mais biocombustível no óleo diesel do país

O aumento imediato, de 5% para 7%, da proporção de biodiesel no óleo diesel comercializado no Brasil foi defendido ontem por Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele destacou que o maior consumo do produto teria influência positiva na geração de empregos, na inclusão social, no estímulo à indústria de oleaginosas e na balança comercial brasileira.

— Como se não bastasse, o biodiesel ainda é extremamente benéfico ao meio ambiente, porque a sua queima produz menos gases de efeito estufa — disse.

Segundo Raupp, o Brasil é capaz de produzir 7 bilhões de litros por ano, mas só produz 2,8 bilhões em virtude do marco regulatório.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo o senador, medida traria benefícios econômicos e ambientais

Secs | Supres — Criação e Marketing

O que fazer para acompanhar o andamento de um projeto de lei?

### Fique sabendo



- 1 Acesse o QR Code ao lado ou [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)
- 2 No menu superior, clique em **Atividade Legislativa**
- 3 Clique em **Projetos e Matérias** na coluna da esquerda
- 4 Na aba **Pesquisa completa**, digite o tipo de proposição, número e ano
- 5 Clique, então, em **Pesquisar**

### Portal Atividade Legislativa é Senado Transparente

No Portal Atividade Legislativa você consulta a agenda do dia, projetos e matérias em tramitação no Senado, atividades no Plenário e nas comissões e outras informações sobre os trabalhos parlamentares na Casa.

